

OAB atende Ulysses e redigirá projeto próprio

ESTADO DE SÃO PAULO

7 JUL 1987

anc P-4

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A Ordem dos Advogados do Brasil — OAB — vai elaborar um texto constitucional a pedido do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. O trabalho não pretende substituir o que está sendo feito na Comissão de Sistematização, segundo garantiu ontem o presidente da entidade, Márcio Bastos. Em princípio, a atuação dos advogados servirá de subsídio aos constituintes. Bastos adiantou que a OAB deverá propor a criação do Tribunal Constitucional e o Ministério Público, a redefinição do papel das Forças Armadas e apoiar o projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que probe a conversão da dívida externa em capital de risco.

Durante a conversa com Ulysses Guimarães, o presidente da OAB sugeriu a retomada da proposta apresentada pelo ex-ministro da Justiça Fernando Lyra da lei de defesa do Estado democrático para substituir a atual Lei de Segurança Nacional. Para Márcio Bastos, a LSN ainda contém dispositivos autoritários. Como exemplo, citou o enquadramento do ex-deputado, Djalma Bom, do PT. Os políticos, acrescentou ainda estão devendo à sociedade a revogação dessa legislação.

A criação do Tribunal Constitucional foi justificada na necessidade do cumprimento das decisões que serão incluídas na futura Constituição. Ele admitiu que a atribuição poderá até ser exercida pelo Supremo Tribunal Federal, desde que es-

ta seja sua função exclusiva. O sistema de governo será também tratado no texto da OAB, que defende o presidencialismo com algumas das características do parlamentarismo. Apóia também a tese de eleições diretas logo após a promulgação da Constituição. Márcio Bastos não acredita em uma Carta concisa. Por isso, revelou que o texto constitucional da entidade será longo, analisando todos os temas importantes da Nação.

CABRAL

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, sugeriu ontem a votação, em um único bloco, de todos os dispositivos que não tratam especificamente de matéria constitucional e que não serão incluídos na futura Constituição. A iniciativa, que está sendo estruturada, servirá como uma satisfação aos parlamentares cujas propostas não forem acatadas.

Bernardo Cabral disse que encareceu com simpatia a formação do grupo de 23 constituintes representando todos os partidos, tendências ideológicas e regiões. Ele revelou que somente tomou conhecimento da existência desse grupo pelos jornais de ontem, que não foi consultado sobre seus objetivos nem convidado, até agora, para nenhuma reunião. Até o final do prazo para apresentação de emendas — 13 de agosto —, Cabral não convocará ninguém para auxiliá-lo diretamente no trabalho de elaboração do substitutivo. O deputado disse que já tem "alguma coisa na cabeça" e que possivelmente discutirá isso na fase seguinte com os relatores adjuntos e auxiliares.

Ci ergs contra a estabilidade

PORTO ALEGRE AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, advertiu ontem que reduzir a semana de trabalho, conforme proposta da Constituinte, é retroceder no tempo e "negar um passo em direção à liberdade empresarial". A declaração foi feita em Santana do Livramento, durante encontro de 260 empresários em protesto contra essa e outras propostas, como a estabilidade no emprego e o direito irrestrito à greve. Esta é a primeira manifestação pública da classe empresarial gaúcha, depois do protesto de cinco mil empresários em Esteio.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Santana do Livramento, José Luiz Escosteguy, ressaltou que o empresariado quer "liberdade para trabalhar, sem interferência estatal ou medidas que restrinjam o desenvolvimento da empresa privada".

E o presidente do núcleo local da UDR, Olavo Maciel, criticou os constituintes que, a seu ver, têm "a pretensão de nivelar os trabalhadores pela mediocridade", porque "quem trabalha não precisa ter nem necessita de medidas protetivo-